



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

**Concurso Público para provimento de vagas
Delegado de Polícia Civil**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Todos são responsáveis pela preservação ambiental do Planeta.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto seguinte.

Crônicas contemporâneas

O gênero da crônica, entendida como um texto curto de periódico, que se aplica sobre um acontecimento pessoal, um fato do dia, uma lembrança, um lance narrativo, uma reflexão, tem movido escritores e leitores desde os primeiros periódicos. No pequeno espaço de uma crônica pode caber muito, a depender do cronista. Se ele se chamar Rubem Braga, pode caber tudo: esse mestre maior dotou a crônica de uma altura tal que pôde dedicar-se exclusivamente a ele ocupando um lugar entre os nossos maiores escritores, de qualquer gênero.

Jovens cronistas de hoje, com colunas nos grandes jornais, vêm demonstrando muita garra, equilibrando-se entre as miudezas quase inconfessáveis do cotidiano pessoal, às quais se apegam sem pudor, e a uma espécie de investigação crítica que pretende ver nelas algo de grandioso. É como se na padaria da esquina pudesse de repente representar-se uma cena de Hamlet ou de alguma tragédia grega; é como se, no banheiro do apartamento, o espelinho do armário pudesse revelar a imagem-síntese dos brasileiros. Talvez esteja nesse difícil equilíbrio um sinal dos tempos modernos, quando, como numa crônica, impõe-se combinar a condição mais pessoal de cada um com a responsabilidade de uma consciência coletivista, que a todos nos convoca.

(Diógenes da Cruz, inédito)

1. Os jovens cronistas de hoje, referidos no segundo parágrafo,
 - (A) distinguem-se dos cronistas antigos pelo fato de não considerarem os incidentes domésticos como assunto digno de uma crônica.
 - (B) devem a Rubem Braga a orientação para se dedicarem exclusivamente ao gênero da crônica, uma vez que querem tratar de grandes temas universais.
 - (C) preferem confinar na estreiteza do cotidiano seu espaço de inspiração, em crônicas em que exercitam uma linguagem de alto teor político.
 - (D) buscam combinar seu interesse pela realidade pessoal e imediata com o voo mais alto de uma crônica de maior alcance crítico.
 - (E) exploram a possibilidade de reduzir os temas mais grandiosos à dimensão risível de um cotidiano onde eles não possam ter lugar.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) dotou a crônica de uma altura tal (1º parágrafo) // elevou o gênero a um patamar tão alto
 - (B) pôde dedicar-se exclusivamente (1º parágrafo) // fez tudo por merecer exclusividade
 - (C) miudezas quase inconfessáveis (2º parágrafo) // peripécias praticamente ocultas
 - (D) às quais se apegam sem pudor (2º parágrafo) // das quais pouca vergonha assimilam
 - (E) impõe-se combinar (2º parágrafo) // torna-se compulsório negociar

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Ao frequentarem os periódicos, através de colunas regulares, a crônica sempre esteve no agrado do público, onde o gosto é agraciado pela linguagem informal.
 - (B) Detectam-se, naquele texto, profundas diferenças entre as crônicas de Rubem Braga, um mestre no gênero, e aquelas assinadas pelos jovens escritores de hoje.
 - (C) É comum que nas crônicas da contemporaneidade, os temas mais corriqueiros, busquem ganhar altura e importância, segundo requerem os jovens cronistas.
 - (D) Não há porquê um cronista contemporâneo deixar de se referir à mitos clássicos, embora as crônicas sejam consideradas de acordo com um gênero menor.
 - (E) Um dos desafios de nosso tempo aos cronistas jovens, está na dificuldade de se conciliar o interesse extritamente individual com o interesse coletivista.

4. As normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos verbais estão plenamente observadas na frase:
 - (A) É comum que se assinala numa crônica os aspectos do cotidiano que o escritor resolvesse analisar e interpretar, apesar das dificuldades que encerram tal desafio.
 - (B) Se às crônicas de Rubem Braga viessem a faltar sua marca autoral inconfundível, elas terão deixado de constituir textos clássicos desse gênero.
 - (C) Caso um dia venham a surgir, simultaneamente, talentos à altura de um Rubem Braga, esse gênero terá alcançado uma relevância jamais vista.
 - (D) Não seria fácil, de fato, que venha a se equilibrar, na cabeça de um jovem cronista de hoje, os valores de sua experiência pessoal com os de sua comunidade.
 - (E) Tanto uma padaria como um banheiro poderiam oferecer matéria para uma boa crônica, desde que não falte ao cronista recursos de grande imaginação.



5. Houve adequada transposição do segmento sublinhado para a **voz passiva** no seguinte caso:
- (A) É como se o espelhinho pudesse revelar a imagem-síntese = pudesse revelar-se
 - (B) No espaço de uma crônica pode caber muito = têm podido
 - (C) Esse mestre maior dotou a crônica de uma altura tal = foi dotado
 - (D) Jovens cronistas vêm demonstrando muita garra = é demonstrada
 - (E) O gênero da crônica tem movido escritores e leitores = movem-se

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Máquinas monstruosas

À medida que foram surgindo, muitas máquinas despertaram terror nos homens. Multiplicando a força dos órgãos humanos, elas acentuavam-lhes a potência, de modo que a engrenagem oculta que as fazia funcionar resultava lesiva para o corpo: feria-se quem descuidasse das próprias mãos. Mas aterrorizavam sobretudo porque atuavam como se fossem coisas vivas: era impossível não ver como viventes os grandes braços dos moinhos de vento, os dentes das rodas dos relógios, os dois olhos ardentes da locomotiva à noite. As máquinas pareciam, portanto, quase humanas, e é nesse “quase” que residia a sua monstruosidade.

(Adaptado de: ECO, Umberto (org.) **História da beleza**. Trad. Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 382)

6. Ao surgirem na História humana, as máquinas já chegaram a despertar terror nas pessoas pelo fato de
- (A) substituírem os membros humanos, demonstrando que fôramos despojados de partes dos nossos corpos.
 - (B) funcionarem como simulacros dos órgãos humanos, aparentando ter vida própria e assemelhada à do nossos corpos.
 - (C) ostentarem grande hostilidade ao desempenhar funções que eram quase incompreensíveis para a maioria das pessoas.
 - (D) se tornarem monstruosas graças à eficácia e à velocidade com que desempenhavam as funções para as quais foram planejadas.
 - (E) imprimirem aos nossos sentidos e sensações um tipo de bloqueio que lhes era inteiramente desconhecido até então.
7. Um segmento do texto foi transposto de modo plenamente adequado para a voz passiva em:
- (A) *muitas máquinas despertaram terror nos homens* // os homens foram despertados pelo terror das máquinas.
 - (B) *elas acentuavam-lhes a potência* // a sua potência era por elas acentuada.
 - (C) *era impossível não ver como viventes os grandes braços* // não se veria como viventes os grandes braços.
 - (D) *a engrenagem oculta que as fazia funcionar* // eram funcionadas pela engrenagem oculta.
 - (E) *As máquinas pareciam [...] quase humanas* // As máquinas eram parecidas com humanos.
8. Está adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) O terror com que os antigos eram tomados atribuiu-se à aspectos fantasmagóricos que as máquinas despertavam.
 - (B) A capacidade dos órgãos humanos, em cuja as máquinas implementavam, eram multiplicados várias vezes.
 - (C) Aos úteis mecanismos daquelas máquinas poucos davam valor, como parceiros de um trabalho cujos aprimoramento era indiscutível.
 - (D) Se aos desavisados lhes ferisse uma máquina, culpavam-lhe por essa monstruosidade.
 - (E) Por vezes nos parece mais monstruosos o que nos assemelha do que as coisas que em nada nos pode lembrar.

História e Geografia do Amapá @carla_gabola

9. A fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil foi alvo de constantes divergências e conflitos entre os dois países. A chamada “Questão do Amapá” só foi legalmente solucionada
- (A) após a atuação da diplomacia brasileira, quando o Barão do Rio Branco obteve posicionamento favorável da arbitragem internacional do governo da Suíça, que reconheceu que o Brasil tinha direito às terras localizadas ao sul do rio Oiapoque, antes pertencentes ao Império Português.
 - (B) depois da derrota das tropas francesas que haviam invadido parte do território do Amapá, avançando até o rio Araguari, e foram vencidas pelo Exército Brasileiro, com a colaboração de milícias armadas enviadas pela Guiana e pelo Suriname.
 - (C) mediante um acordo pacífico entre a França e o Brasil, que estabeleceu os limites fronteiriços definitivos, em troca de favorecimentos comerciais envolvendo as cidades de Caiena e Macapá, bem como a livre navegação dos rios de ambos os territórios envolvidos.
 - (D) durante a Segunda Guerra Mundial, quando França e Brasil apoiaram conjuntamente os Aliados, e cessaram suas disputas por fronteira em nome do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro por diversos países sul-americanos.
 - (E) por pressão do governo dos Estados Unidos, interessado na exploração de minério de ferro e manganês na região, a qual estava sendo prejudicada pelos conflitos territoriais, solucionados com a vinda de peritos que deram ganho de causa ao Brasil.



10. A história da fundação da vila na localidade de Macapá, no período colonial, está diretamente relacionada
- (A) à chegada de milhares de “deportados” no território brasileiro, enviados pela Coroa Portuguesa a fim de constituírem pequenos núcleos autônomos de povoamento, sendo um deles fundado em Macapá.
 - (B) ao combate aos numerosos quilombos que ali foram constituídos por escravos de outras regiões, razão pela qual se construiu uma Intendência que servia de base para as capturas e cujo marco central era um pelourinho.
 - (C) às entradas e bandeiras que foram abundantes no período e levaram bandeirantes paulistas a se enveredarem pelo norte do Brasil, onde acharam minérios e fundaram vilas, a exemplo da Vila de São José do Macapá.
 - (D) à preocupação, por parte da Coroa Portuguesa, em ocupar o território mediante a construção de fortes e vilas em locais estratégicos, a exemplo da Fortaleza de São José do Macapá.
 - (E) ao empenho dos jesuítas em construir missões exploratórias no Novo Mundo, razão pela qual se instalaram em Macapá e lá passaram a usar mão de obra indígena para extrair e exportar o pau-brasil para Portugal.
-
11. Sobre a Serra do Tumucumaque é correto afirmar que
- (A) é parte do planalto das Guianas e se caracteriza pela presença de rochas antigas do período pré-Cambriano.
 - (B) apresenta altitude superior a mil metros devido aos movimentos orogênicos observados no período Terciário.
 - (C) representa um dos principais locais de origem das nascentes dos afluentes da margem esquerda do Amazonas.
 - (D) faz parte da depressão norte amazônica e teve sua origem no soerguimento de sedimentos antigos do Mesozoico.
 - (E) constitui uma grande extensão de terras altas localizadas na porção mais oriental do Escudo das Guianas.
-
12. Segundo pesquisa PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, em 2016, a população do Amapá era de 782.295 habitantes. Sobre essa população considere:
- I. As taxas de natalidade e de fecundidade no Estado têm sido reduzidas nesta última década.
 - II. A densidade demográfica do Estado ultrapassou os 10 hab/km² no Censo de 2010.
 - III. A população está mal distribuída pelo território, e a capital abriga mais da metade da população do Estado.
 - IV. Uma das características demográficas marcantes observadas entre os Censos de 2000 e 2010 foi a redução percentual da população jovem, entre 0 e 19 anos.
- Está correto somente o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-

Conhecimentos Gerais (Atualidades)

13. Em julho de 2017, continua a pleno vapor o processo de saída do Reino Unido da União Europeia. O Brexit
- (A) está afetando a economia britânica e tem freado possíveis investimentos no país, tornando o ritmo da economia britânica mais lento.
 - (B) tem reduzido a circulação de cidadãos de outros países da União Europeia e criado sérios problemas diplomáticos.
 - (C) tem promovido a redução das exportações de *commodities* britânicas para os mercados dos 27 países da União Europeia.
 - (D) tem proporcionado ao Reino Unido a diversificação de seus mercados consumidores, voltando-se para a Índia e Austrália.
 - (E) está ampliando a ação de extremistas anti-islâmicos, agora livres das ingerências de grupos europeus de defesa dos direitos humanos.
-
14. No dia 1 de junho de 2017, jornais de várias partes do mundo deram a manchete:
- Trump anuncia retirada dos EUA do Acordo de Paris sobre o clima*
- A justificativa dada por Trump para a saída do Acordo de Paris foi que
- (A) os Estados Unidos estão privilegiando as fontes de energia limpa e, portanto, estão muitos passos à frente do que preconiza o Acordo de Paris.
 - (B) a manutenção das metas propostas pelo Acordo representaria o fechamento das usinas nucleares norte-americanas e elevados prejuízos.
 - (C) não é possível reunir 195 países sob um mesmo Acordo climático e desconsiderar as diferenças político-econômicas entre eles.
 - (D) o G7, grupo das sete nações mais ricas do mundo, fez forte pressão para que os Estados Unidos dessem o primeiro passo para desarticular o Acordo.
 - (E) era necessário reafirmar a soberania americana, pois o Acordo paralisa os Estados Unidos e empodera as nações mais poluidoras do mundo.
-



15. Em julho, a retomada da cidade de Mossul, no Oriente Médio, foi comemorada como vitória. Sobre o fato é correto afirmar que
- (A) o governo iraniano desativou uma fábrica de agentes químicos do Estado Islâmico que já havia destruído mesquitas localizadas na periferia da cidade.
 - (B) o Estado Islâmico foi expulso da cidade iraquiana depois de ali instalar um califado, tipo de estado governado de acordo com as leis islâmicas.
 - (C) as tropas aliadas ao governante sírio Bashar al-Assad assumiram o controle da cidade que era ocupada por rebeldes curdos há cerca de três anos.
 - (D) os soldados israelenses, ocuparam a cidade e expulsaram palestinos ligados ao Hamas que sitiavam a cidade localizada ao Sul de Jerusalém.
 - (E) as forças de paz da Otan, que substituíram os soldados norte-americanos no Afeganistão, conseguiram expulsar os jihadistas do Estado Islâmico.

16. Em passado recente as três grandes agências internacionais de classificação de risco voltaram suas atenções para a economia brasileira. Sobre esse fato considere as afirmações:
- I. A classificação de risco (*rating*) soberano é a nota dada por agências classificadoras de risco que avaliam a capacidade e a disposição de um país em honrar, pontual e integralmente, os pagamentos de sua dívida.
 - II. As agências atribuem as notas de risco de crédito apenas a Estados nacionais, mas excepcionalmente podem avaliar empresas, especialmente estatais que estão em vias de desestatização.
 - III. Desde final de 2016 as principais agências de risco incluíram o Brasil no grupo de países com classificação A-, isto é, país com baixo grau de investimento financeiro.
 - IV. Quanto pior for a classificação de risco maior são os juros cobrados pelos investidores para emprestar dinheiro, o que amplia a crise econômica do país endividado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV

Conhecimento de Informática

17. Considere o caso hipotético a seguir:

Foi descoberta uma nova vulnerabilidade no navegador Chrome e a Google disponibilizou um patch de emergência para solucionar o problema. Enquanto usava o computador no trabalho usando o Chrome, um profissional pesquisou na Internet informações sobre a vulnerabilidade para verificar se estava protegido. Foi direcionado para o site `gumblar.cn` que oferecia informações sobre a vulnerabilidade e a opção de obter o patch, cujo download poderia ser feito automaticamente em seu computador. O profissional leu as informações, mas clicou na opção "Não", para rejeitar o download. Porém, tempos depois, descobriu que naquele momento em que lia as informações do site e negava o download havia sido instalado secretamente um programa de registro do uso do teclado em seu computador, que passou a gravar tudo o que ele digitava, desde senhas de acesso a e-mails, acesso a contas bancárias etc. Seu e-mail passou a ser utilizado para operações criminosas e os valores de sua conta bancária foram roubados.

O problema teria sido evitado se o profissional tivesse

- (A) percebido que o nome do *site* não era padrão, ou seja, não iniciava por `http://www`, pois *sites* maliciosos não adotam nomes padronizados.
- (B) clicado em "Sim", aceito o *download* e passado o antivírus no suposto *patch* baixado antes de instalá-lo.
- (C) utilizado outro navegador, que não fosse o Chrome, para acessar o *site* e obter informações.
- (D) um antivírus instalado no computador, pois todos os antivírus detectam automaticamente os *sites* maliciosos.
- (E) obtido informações e realizado o *download* do *patch* diretamente no *site* da Google, fabricante do Chrome.



18. A planilha a seguir foi digitada no LibreOffice Calc 5.3 e no Microsoft Excel 2013, ambos em português, e mostra os homicídios por armas de fogo em algumas regiões do Brasil de 2009 a 2014.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Homicídios por arma de fogo							
2	UF/REGIÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
3	Acre	61	63	50	85	97	116	78,66667
4	Amapá	69	103	80	117	99	142	101,6667
5	Amazonas	572	635	879	855	692	756	731,5
6	Pará	2.038	2.502	2.077	2.138	2.254	2.319	2221,333

(http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)

Na célula H3, foi digitada uma fórmula para calcular a média aritmética dos valores do intervalo de células de B3 a G3. A fórmula utilizada foi

- (A) =MÉDIA (B3 : G3) tanto no LibreOffice Calc 5.3 quanto no Microsoft Excel 2013.
 - (B) =AVG (B3 : G3) no LibreOffice Calc 5.3 e =MÉDIA (B3 : G3) no Microsoft Excel 2013.
 - (C) =AVG (B3 : G3) tanto no LibreOffice Calc 5.3 quanto no Microsoft Excel 2013.
 - (D) =MEDIA (B3 : G3) no LibreOffice Calc 5.3 e =AVERAGE (B3 : G3) no Microsoft Excel 2013.
 - (E) =MED (B3 : G3) tanto no LibreOffice Calc 5.3 quanto no Microsoft Excel 2013.
19. Um servidor da Polícia Civil abriu um documento digitado no Microsoft Word 2013, em português, contendo o bloco de texto abaixo, referente à posição de alguns estados com relação aos homicídios por arma de fogo nos anos de 2000 e 2014.

UF – 2000 – 2014
 Rio de Janeiro – 1º – 15º
 Alagoas – 9º – 1º
 Amapá – 23º – 17º
 Pará – 24º – 9º

Após selecionar o bloco de texto e executar uma operação, os dados foram exibidos na forma de tabela.

UF	2000	2014
Rio de Janeiro	1º	15º
Alagoas	9º	1º
Amapá	23º	17º
Pará	24º	9º

Para gerar a tabela, o servidor, após selecionar o texto, clicou na ferramenta

- (A) Criar tabela da guia Página Inicial e clicou no botão OK.
 - (B) Converter em tabela do grupo Tabela da guia Página Inicial e clicou no botão OK.
 - (C) Tabela da guia Inserir, selecionou a opção Converter Texto em tabela e clicou no botão OK.
 - (D) Gerar tabela da guia Exibição, selecionou a opção Tabela do Excel e clicou no botão OK.
 - (E) Converter texto em tabela da guia Ferramentas e clicou no botão OK.
20. Um computador com o Windows 10, em português, possui uma pasta E:\PolCivil-AP contendo os arquivos abaixo.

Nome	Data	Tipo	Tamanho
Apresentação	14/01/2016 16:59	Apresentação ...	127 KB
Crimes digitais	11/08/2015 07:35	Arquivo PDF	4.603 KB
Criminalidade AP	23/09/2015 22:02	Planilha do Mi...	4.263 KB
Material de apoio	21/11/2014 21:53	Arquivo PDF	5.065 KB
Operações especiais	30/10/2016 15:01	Arquivo MP4	287.544 KB
Regimento interno	30/10/2016 16:04	Arquivo MP4	405.344 KB
Treinamento arma...	21/11/2016 01:47	Arquivo MP4	618.522 KB
Treinamento legisl...	21/11/2016 01:03	Arquivo MP4	1.079.441 KB

Um Delegado tentou copiar esta pasta para um dispositivo de armazenamento, mas recebeu uma mensagem informando que não havia espaço suficiente. Um dos dispositivos que podem receber esta pasta é o que tem espaço livre de

- (A) 999 MB.
- (B) 16 MB.
- (C) 4 GB.
- (D) 1800000 KB.
- (E) 2 GB.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Leis Específicas do Amapá**

21. A Lei Ordinária nº 883/05, que instituiu a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá, dispõe que
- (A) é permitida a prestação de serviços gratuitos por policial civil, salvo os casos expressamente proibidos previstos em lei.
 - (B) é vedada a cessão de servidores policiais civis para exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, ressalvados os casos de nomeação para cargo em comissão de direção superior, e o responsável pela transgressão a essa norma responde subsidiariamente.
 - (C) os servidores especializados e técnico-científico, nos serviços policiais em que intervier o trabalho em equipe ou conjunto, são autônomos e não ficarão subordinados à autoridade policial competente.
 - (D) o cargo de Delegado Geral de Polícia Civil, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, será exercido por Delegado de Polícia Civil, integrante da Carreira dentre os integrantes da Classe Especial.
 - (E) são princípios básicos que fundamentam a atividade policial a hierarquia, disciplina, legalidade, ética profissional, trabalho de caráter reservado e autonomia.
-
22. Considere:
- I. Zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Amapá.
 - II. Julgar o estágio probatório de policial civil.
 - III. Propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil.
 - IV. Analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos.
 - V. Deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de honrarias previstas em lei, conforme dispuser o regulamento.
- Nos termos da Lei nº 883/05, os itens indicados representam atribuições do
- (A) Órgão de Formação e Capacitação Profissional da Polícia Civil.
 - (B) Órgão de Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo da Polícia Civil.
 - (C) Diretor do Órgão de Direção e Capacitação da Polícia Civil.
 - (D) Corregedor Geral da Polícia Civil.
 - (E) Conselho Superior da Polícia Civil.
-
23. Uma Câmara Disciplinar da Polícia Civil entendeu pela aplicação da pena de demissão, divergindo da proposição da autoridade disciplinar. Nesse caso, a Lei nº 883/05 prevê que
- (A) a Câmara Disciplinar encaminhará recurso *ex-officio* ao Conselho Superior da Polícia Civil.
 - (B) o procedimento administrativo disciplinar deverá ser reinstruído.
 - (C) o procedimento administrativo disciplinar deverá ser redistribuído por sorteio.
 - (D) a Câmara Disciplinar determinará o sobrestamento do procedimento administrativo disciplinar até que novos fatos justifiquem o prosseguimento dos atos.
 - (E) a Câmara Disciplinar promoverá nova votação, agora mediante quórum qualificado.
-
24. Nos termos da Lei nº 883/05, cabe ao Departamento de Inteligência operar e coordenar os serviços estratégicos veiculados por instrumento de telecomunicações e informática da Delegacia Geral de Polícia Civil. Essa competência é denominada política de
- (A) logística.
 - (B) telemática.
 - (C) lógica operacional.
 - (D) normatização técnico-científica.
 - (E) execução programática.



25. Considere:

- I. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- II. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou judicialmente, com ressarcimento de todas as vantagens.
- III. Retorno à atividade de servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- IV. Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes aos motivos da aposentadoria.
- V. Investidura do servidor em outro cargo mais compatível com a sua capacidade física e mental, revelando-se, comprovadamente inapto para o exercício das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo que vinha ocupando, sem causa que justifique a sua demissão ou exoneração, podendo efetivar-se *ex-officio* ou a pedido.

Nos termos a Lei nº 66/1993, que estabeleceu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá, os itens acima indicam, respectivamente,

- (A) reintegração, aproveitamento, reversão, readaptação e recondução.
- (B) aproveitamento, reversão, readaptação, recondução e reintegração.
- (C) reversão, readaptação, recondução, reintegração e aproveitamento.
- (D) recondução, reintegração, aproveitamento, reversão e readaptação.
- (E) readaptação, recondução, reintegração, aproveitamento e reversão.

26. Nos termos da Lei nº 66/1993, haverá posse no caso de provimento de cargo por

- (A) reaproveitamento.
- (B) reintegração.
- (C) promoção.
- (D) transferência.
- (E) nomeação.

27. No que se refere ao vencimento e remuneração, a Lei nº 66/1993 estabelece que

- (A) remuneração é a retribuição pecuniária atribuída ao servidor pelo efetivo exercício de cargo público, com valor fixado em lei específica.
- (B) existe hipótese legal para o arresto, sequestro ou penhora do vencimento e da remuneração.
- (C) é assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, independentemente das vantagens de caráter individual e das relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (D) o vencimento e as vantagens pecuniárias de caráter permanente percebidas pelo servidor não sofrerão redução nem descontos.
- (E) poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, mediante autorização do servidor, a critério da Administração e sem reposição de custos.

28. Ao regular o serviço noturno, a Lei nº 66/1993 estabelece que é o prestado em horário compreendido entre

- (A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (B) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (D) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.
- (E) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

**Direito Administrativo**

29. Uma autarquia municipal criada para prestação de serviços de abastecimento de água
- (A) deve obrigatoriamente ter sido instituída por lei e recebido a titularidade do serviço público em questão, o que autoriza a celebração de contrato de concessão à iniciativa privada ou a contratação de consórcio público para delegação da execução do referido serviço.
 - (B) integra a estrutura da Administração pública indireta municipal e portanto não se submete a todas as normas que regem a administração pública direta, sendo permitindo a flexibilização do regime publicista para fins de viabilizar a aplicação do princípio da eficiência.
 - (C) submete-se ao regime jurídico de direito privado caso venha a celebrar contrato de concessão de serviço público com a Administração pública municipal, ficando suspensa, durante a vigência da avença, a incidência das normas de direito público, a fim de preservar a igualdade na concorrência.
 - (D) pode ser criada por decreto, mas a delegação da prestação do serviço público prescinde de prévio ato normativo, podendo a autarquia celebrar licitação para contratação de concessão de serviço público ou prestar o serviço diretamente.
 - (E) possui personalidade jurídica de direito público, mas quando prestadora de serviço público, seu regime jurídico equipara-se ao das empresas públicas e sociedades de economia mista.
-
30. Um servidor público foi processado por ato de improbidade por ter se locupletado ilicitamente em razão do exercício do cargo de diretor de empresa estatal. Durante o processo restou demonstrada a culpa do servidor, tendo a ação sido julgada procedente. Não obstante, pouco tempo depois da condenação judicial definitiva, o servidor veio a falecer. No que diz respeito ao impacto desse fato na ação de improbidade e no ressarcimento dos cofres públicos,
- (A) deverá ser extinta, em razão da extinção da punibilidade decorrente do falecimento do autor, cuja condenação é personalíssima.
 - (B) a responsabilidade pelo ressarcimento aos cofres públicos persiste para os herdeiros do servidor público, respeitado o limite da herança.
 - (C) a ação prossegue regularmente, tendo em vista que já havia sentença condenatória contra o servidor, substituindo-o por outro representante da estatal para representa-lo judicialmente.
 - (D) a ação pode prosseguir até o trânsito em julgado, não sendo possível, no entanto, transmitir aos herdeiros nenhuma responsabilidade decorrente de atos do antecessor, dada a natureza personalíssima.
 - (E) no caso de se tratar de ato de improbidade doloso, a responsabilidade pela devolução dos valores correspondentes ao enriquecimento ilícito passa aos herdeiros, enquanto que em se tratando de ato de improbidade sob a modalidade culposa, inexistente previsão legal para tanto.
-
31. O acesso a cargos públicos de caráter efetivo depende, como é sabido, de concurso público, nos termos da Constituição Federal. É compatível com a exigência constitucional de concurso público e com os princípios que regem a Administração pública
- (A) a previsão, no edital do certame, conforme a natureza do cargo, da realização de investigação social sobre os candidatos após as fases de avaliação de conhecimento, para demonstrar sua lisura e conduta moral proba para o desempenho das atribuições exigidas.
 - (B) a previsão, no edital do certame, de requisitos isonômicos e objetivos e, além da realização de provas, o exame de títulos, sendo outras exigências e condições violadoras dos princípios da igualdade e da razoabilidade.
 - (C) o estabelecimento de requisitos de habilitação que permitam ao administrador escolher os candidatos que pareçam mais comprometidos com o cargo almejado.
 - (D) a exigência de prova de aptidão física prévia às fases de conhecimento, a fim de selecionar os candidatos que terão condições de desempenhar as atribuições exigidas para o cargo.
 - (E) a possibilidade de prorrogação da validade do concurso público por prazo de 3 anos, como observância ao princípio da isonomia que estabelece o mesmo prazo para o estágio probatório dos servidores aprovados.
-
32. Realizada a contratação de obras de construção de um viaduto pela Administração municipal, regida pela Lei nº 8.666/1993, adveio, no curso da execução do contrato, a necessidade da contratada executar alguns serviços e utilizar técnicas que não estavam originalmente descritos, em decorrência de intercorrências que surgiram quando do início das perfurações. Alega a contratada que faria jus ao recebimento de correspondente remuneração pelo acréscimo de serviços e despesas, em relação ao que a contratante
- (A) deve discordar, tendo em vista que as alterações ocorridas estão inseridas no risco do contrato, cuja repartição foi obrigatoriamente prevista na matriz que integrou o instrumento original.
 - (B) deve discordar no caso de conseguir demonstrar que o valor do reajuste contratual será suficiente para cobrir as novas despesas, afastando a caracterização de prejuízo por parte da contratada.
 - (C) pode concordar com o aditamento contratual para majoração quantitativa do contrato, em razão do acréscimo do valor, limitado ao percentual de 50%, parâmetro incidente para os casos de consenso entre as partes.
 - (D) deve concordar com o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, limitado a 25% de acréscimo do valor original do contrato, percentual que incide sobre qualquer majoração contratual em desfavor do poder público.
 - (E) pode concordar com o estabelecimento de ressarcimento correspondente, diante da imprevisibilidade, caso fique conclusivamente comprovada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro em razão dos serviços executados.



33. Considere que determinado Estado da Federação pretende instalar novas Delegacias de Polícia nos Municípios do interior, como parte da execução do plano de implantação de unidades especializadas. Pretendem os Municípios colaborar com essa medida estadual, podendo
- (A) disponibilizar terrenos para uso precário por parte do Estado, que deverá adquirir onerosamente o imóvel tão logo seja iniciada a prestação dos serviços.
 - (B) conceder o uso ao Estado dos bens públicos municipais, para que sejam construídos os equipamentos públicos estaduais, que deverão reverter à titularidade dos Municípios para que estes se responsabilizem pela manutenção.
 - (C) outorgar autorização de uso de terrenos municipais precária ao Estado, para que esse ente possa construir as unidades de segurança especializadas enquanto não forem adquiridos terrenos estaduais para as instalações definitivas.
 - (D) doar ao Estado terrenos municipais que não estejam afetados a nenhum serviço público, para que o Estado construa os equipamentos estaduais, considerando que é interesse dos dois entes federados a disponibilização do serviço público.
 - (E) decretar a desafetação de bens públicos municipais para que da categoria de bens de uso comum do povo ou de bens de uso especial passem para bens dominicais e, nessa condição, possam se prestar à edificação de equipamento público estadual.
-
34. Em uma área de expansão urbana determinado Município está providenciando a instalação de equipamentos públicos, a fim de que o crescimento populacional se dê de forma ordenada e sustentável. Durante a construção de uma unidade escolar, apurou-se que não seria possível executar a solução de esgoto originalmente idealizada, que contempla um emissário de esgoto, mostrando-se necessária a identificação de outra alternativa pela Administração pública. Dentre as possíveis, pode o Município em questão
- (A) promover, demonstrada a viabilidade técnica, a instalação de emissário de esgoto para ligação com o sistema já existente, utilizando-se, para tanto, da instituição de uma servidão administrativa.
 - (B) realizar uma licitação específica para elaboração e execução de projeto de instalação do emissário de esgoto, independentemente do valor, dado seu caráter emergencial.
 - (C) lançar mão da requisição administrativa, para imediata imissão na posse do terreno necessário para implementação das obras, diferindo-se a indenização devida.
 - (D) desapropriar judicialmente a faixa de terreno necessária à implementação do emissário de esgoto, tendo em vista que o ajuizamento da ação já autoriza a imissão na posse do terreno objeto da demanda.
 - (E) instituir uma servidão de passagem, sob o regime do código civil, tendo em vista que dispensa a anuência do dono do terreno e de prévia indenização, apurando-se o valor devido após a instalação do equipamento, que indicará o nível de restrição ao uso da propriedade.
-
35. O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a Administração pública pode incidir sobre atos e contratos de diversas naturezas. Quando o objeto do controle exercido é um contrato de parceria público-privada, deverá analisar se
- (A) o objeto do contrato é aderente à legislação que rege às parcerias público privadas, que somente admite a conjugação de obras e serviços quando se tratar da modalidade patrocinada.
 - (B) o prazo do contrato não excede o limite de 25 anos, o mesmo previsto para as concessões comuns, a fim de não ofender o princípio de quebra da isonomia e violação da licitação, inclusive para inclusão de novos serviços e violação do princípio licitatório.
 - (C) houve estimativa de previsão de recursos orçamentário-financeiros para toda a vigência contratual e a efetiva demonstração de existência de recursos para os dois exercícios seguintes à celebração da avença.
 - (D) a tarifa estabelecida pela contratada, independentemente da modalidade do contrato, observou o princípio da modicidade e se há contraprestação a ser paga pelo Poder Público e sua respectiva garantia.
 - (E) o início do pagamento da contraprestação está condicionado à disponibilização do serviço pelo parceiro privado, admitindo-se a previsão da possibilidade de fracionamento proporcional à parcela de serviço prestada.
-
36. Uma determinada viatura oficial estadual, enquanto em diligência, chocou-se contra o muro de uma escola municipal, derrubando-o parcialmente, bem como o poste de transmissão de energia existente na calçada, que estava em péssimo estado de conservação, assim como os transformadores e demais equipamentos lá instalados. Foram apurados danos materiais de grande monta, não só em razão da necessidade de reconstrução do muro, mas também porque foi constatado que muitos aparelhos elétricos e eletrônicos deixaram de funcionar a partir de então, tais como geladeiras, computadores e copiadoras. Relevante apurar, para solucionar a responsabilidade do ente estatal,
- (A) se o condutor da viatura empregou toda a diligência e prudência necessárias para afastar negligência, bem como se estava devidamente capacitado para o desempenho de suas funções, a fim de verificar eventual ocorrência de imperícia.
 - (B) a origem dos recursos que possibilitaram a aquisição dos materiais elétricos e eletrônicos, para comprovar se o Município efetivamente sofreu prejuízos qualificáveis como indenizáveis para fins de configuração de responsabilidade civil.
 - (C) apenas o valor dos danos materiais constatados, tendo em vista que se trata de responsabilidade objetiva, modalidade que, para sua configuração, dispensa qualquer outro requisito.
 - (D) o nexo de causalidade entre a colisão causada pela viatura estadual e os danos emergentes sofridos, para demonstrar que decorreram do acidente e não de outras causas e viabilizar a apuração correta da indenização, prescindindo, no entanto, de prova de culpa do condutor.
 - (E) a propriedade do imóvel onde funcionava a escola, tendo em vista que caso se trate de bem público estadual cedido à municipalidade para implantação da escola, descabe qualquer indenização, seja pelo muro, seja pelos danos nos aparelhos elétricos, uma vez que o funcionamento da própria unidade depende do ente estadual.

**Direito Constitucional**

37. Lei municipal atribuiu à Guarda Municipal as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, com exceção das militares e daquelas sujeitas à competência da União. Contra a referida lei foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, que foi julgada procedente, por maioria absoluta dos membros do Tribunal, sob o fundamento de que a Constituição Federal atribui à polícia civil dos Estados as funções disciplinadas na lei municipal. Nessa situação, a lei municipal
- I. não poderia ter sido declarada inconstitucional com fundamento em norma da Constituição Federal, uma vez que ao Tribunal de Justiça compete exercer o controle de constitucionalidade apenas em face da Constituição do Estado.
 - II. não poderia ter sido declarada inconstitucional, uma vez que não foi atingido o quórum de 2/3 dos membros do Tribunal, quórum esse também exigido para a aprovação de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal.
 - III. é incompatível com a Constituição Federal por violar competência atribuída à polícia civil do Estado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

38. A Constituição de determinado Estado, ao dispor sobre prerrogativas do Governador, dispõe que
- a Assembleia Legislativa é o órgão competente para processar e julgar o Governador pela prática de crimes de responsabilidade, que deverão ser definidos em lei estadual.
 - lei estadual disciplinará as normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
 - o Tribunal do Júri é competente para julgar o Governador nos crimes dolosos contra a vida.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição Estadual mencionada CONTRARIA a Constituição Federal ao atribuir

- I. à lei estadual a definição dos crimes de responsabilidade do Governador.
- II. à lei estadual a definição das normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
- III. ao Tribunal do Júri a competência para julgar o Governador pela prática de crimes dolosos contra a vida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

39. Prefeito e Vereador de determinado Município participaram de congresso nacional sobre reforma política realizado em Município vizinho, no qual manifestaram opiniões divergentes a respeito da conveniência da reeleição para o cargo de Prefeito, ocasião em que se ofenderam mutuamente em público. Se a conduta moralmente ofensiva praticada por eles caracterizar crime comum,
- (A) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo, sendo que o Vereador não poderá ser responsabilizado penalmente, por gozar de imunidade parlamentar.
 - (B) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que o Vereador também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores, diferentemente de deputados federais, senadores e deputados estaduais, não gozam de imunidade.
 - (C) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que o Vereador também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que Vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
 - (D) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito apenas após o término do mandato, sendo competente para processá-lo e julgá-lo o órgão judiciário estadual previsto na Constituição do Estado, que não necessariamente deve ser o Tribunal de Justiça, podendo o Vereador também ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
 - (E) poderão ser responsabilizados penalmente o Prefeito e o Vereador apenas após o término dos respectivos mandatos, sendo possível, todavia, a responsabilização política de ambos durante o exercício dos mandatos eletivos.

40. De acordo com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de leis e atos normativos,
- (A) lei federal que condiciona a criação de associações à prévia autorização da Administração pública, editada anteriormente à Constituição Federal, é com ela incompatível, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (B) tratado internacional proibindo a prisão civil por dívida, que for aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, não tem hierarquia equivalente às emendas constitucionais, ingressando no ordenamento jurídico como norma infraconstitucional, mas supralegal, podendo ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade.
 - (C) lei federal que determine o uso de algemas em todos os réus presos que compareçam a audiências judiciais é inconstitucional, podendo ser objeto de reclamação constitucional por violar súmula vinculante editada pelo STF.
 - (D) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face de lei estadual, perante o Tribunal de Justiça do Estado, não impede que a mesma lei seja impugnada perante o Supremo Tribunal Federal, mediante a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) acórdão do Tribunal de Justiça do Estado que julgue, por maioria simples de seus membros, improcedente ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo estadual, resulta na declaração de inconstitucionalidade da norma, com efeitos vinculantes e contra todos.

41. Determinada lei complementar federal estabelece que:

“Art. 1º O servidor público policial civil titular de cargo efetivo será aposentado:

I. voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade:

- a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem;*
- b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher.”*

À luz da Constituição Federal, a lei complementar federal

- (A) aplica-se apenas aos policiais federais, uma vez que as normas sobre aposentadoria especial para policiais civis devem ser editadas pelos Estados, com fundamento em sua competência legislativa concorrente para legislar em matéria de previdência social, sendo compatíveis com a Constituição Federal as exigências de tempo de contribuição e de exercício no cargo para a concessão do benefício previdenciário.
- (B) aplica-se apenas aos policiais federais, uma vez que as normas sobre aposentadoria especial para policiais civis devem ser editadas pelos Estados, com fundamento em sua competência legislativa concorrente para legislar em matéria de previdência social, sendo, todavia, incompatível com a Constituição Federal, uma vez que concede a aposentadoria voluntária com proventos integrais independentemente da idade do servidor.
- (C) aplica-se aos policiais civis dos Estados, uma vez que cabe à lei complementar federal dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial para policiais civis, sendo compatíveis com a Constituição Federal as exigências contidas na Lei complementar federal para a concessão do benefício previdenciário.
- (D) é inconstitucional, embora disponha sobre matéria de competência legislativa da União, por ser vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, ressalvados os professores de ensino infantil, fundamental e médio, os portadores de deficiência e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- (E) é inconstitucional, embora disponha sobre matéria de competência legislativa da União, uma vez que a aposentadoria voluntária foi concedida com proventos integrais independentemente da idade do servidor.

42. De acordo com o regime constitucional de proteção dos direitos fundamentais,

- (A) o direito à inviolabilidade de domicílio abrange a casa em que o indivíduo mantém residência, mas não impede que a autoridade policial ingresse em estabelecimento profissional de acesso privativo, contra a vontade de seu proprietário, sendo desnecessária ordem judicial nesse caso.
- (B) o sigilo bancário e o sigilo fiscal não podem ser afastados por ato de comissões parlamentares de inquérito, mas apenas por atos praticados por autoridades judiciais.
- (C) as comissões parlamentares de inquérito podem determinar a interceptação telefônica de conversas mantidas entre pessoas por elas investigadas, desde que seja demonstrada a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional, justificando a necessidade de sua efetivação, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional.
- (D) é constitucional lei que autorize as autoridades e os agentes fiscais tributários examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, se tais exames forem considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- (E) a omissão do dever de informar o preso, no momento oportuno, do direito de ficar calado, gera mera irregularidade, não se impondo a decretação de nulidade e a desconsideração das informações incriminatórias dele obtidas.



43. Ao disciplinar a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a Constituição Federal prescreve que
- (A) o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.
 - (B) o estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
 - (C) o decreto que instituir o estado de defesa deve, dentre outros requisitos, especificar as medidas coercitivas que vigorarão no período de sua vigência, dentre as quais são admissíveis restrições aos direitos de sigilo de correspondência, de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e de reunião.
 - (D) o estado de sítio é uma limitação circunstancial ao poder constituinte reformador, uma vez que a Constituição Federal não pode ser emendada durante sua vigência, ao contrário do estado de defesa, que não impede a aprovação de emendas constitucionais no período.
 - (E) o decreto que instituir o estado de sítio deve indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas no período de sua vigência, sendo vedado, contudo, o estabelecimento de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

44. O Presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei fixando o quadro de cargos da Polícia Federal e a respectiva remuneração. A proposta, todavia, foi aprovada com emenda parlamentar que aumentou o número de cargos previsto inicialmente. Descontente com a redação final do projeto, o Presidente da República deixou de sancioná-lo, restituindo-o ao Poder Legislativo. Considerando as disposições da Constituição Federal,
- I. a emenda parlamentar foi validamente proposta e aprovada, uma vez que versou sobre a mesma matéria do projeto de lei encaminhado pelo Presidente, titular de iniciativa privativa de leis que criem cargos públicos de policiais federais e que disponham sobre sua remuneração.
 - II. ao deixar de ser expressamente sancionado pelo Presidente da República, o projeto de lei será tacitamente sancionado decorridos 15 dias úteis.
 - III. havendo sanção tácita, descabe o ato de promulgação da lei pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a lei ser promulgada pelo Presidente do Senado em 48 horas, sendo que se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Direito Penal

45. De acordo com a Lei nº 9.605/98, considere:
- I. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
 - II. É circunstância que agrava a pena o fato de o agente ter cometido crime ambiental em domingos ou feriados.
 - III. O crime de introduzir espécime animal no país, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente, deve ser apurada e julgada pela justiça comum estadual, já que não há ofensa de bem, serviço ou interesse da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
 - IV. Para os efeitos da lei ambiental, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



46. Sobre as penas previstas na Lei nº 9.605/1998, considere:

- I. A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.
- II. As penas de interdição temporária de direito são a proibição do condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de 10 anos, no caso de crimes dolosos, e de 5 anos, no de crimes culposos.
- III. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a 360 salários mínimos. O valor pago não poderá ser deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- IV. O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III.
- (E) I e III.

47. De acordo com os dispositivos da parte geral do Código Penal, é correto afirmar:

- (A) Na hipótese de *abolitio criminis* a reincidência permanece como efeito secundário da prática do crime.
- (B) O território nacional estende-se a embarcações e aeronaves brasileira de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.
- (C) Crimes à distância são aqueles em que a ação ou omissão ocorre em um país e o resultado, em outro.
- (D) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (E) É isento de pena o agente que pratica crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que, voluntariamente, repare o dano ou restitua a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa.

48. Nas infrações contra a dignidade sexual:

- I. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone é crime punido com detenção.
- II. O estupro de vulnerável é descrito como ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 16 anos.
- III. A pena é aumentada de quarta parte se o crime é cometido com o concurso de 2 ou mais pessoas.
- IV. A pena é aumentada de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III.
- (E) III e IV.

49. Com relação ao sistema nacional de políticas públicas sobre drogas e, ainda, com base na Lei nº 11.343/2006, considere:

- I. A lei descriminalizou a conduta de quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas em autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Dessa forma, o usuário de drogas é isento de pena, submetendo-se, apenas, a tratamento para recuperação.
- II. Constitui causa de aumento de pena no crime de tráfico de drogas o emprego de arma de fogo.
- III. Equipara-se ao usuário de drogas, aquele que, eventualmente e sem objetivo de obter lucro, oferece droga a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem ou, ainda, quem induz, instiga ou auxilia alguém ao uso indevido.
- IV. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e II.



50. João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá
- (A) apenas por lesões corporais.
 - (B) apenas por tentativa de homicídio.
 - (C) por rixa e disparo de arma de fogo.
 - (D) por lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.
 - (E) por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

51. Sobre o crime de associação para fins de tráfico de drogas,
- (A) é necessária a estabilidade do vínculo entre 3 ou mais pessoas.
 - (B) deverá se verificar, necessariamente, a finalidade de praticar uma série indeterminada de crimes.
 - (C) nas mesmas penas deste crime incorre quem se associa para a prática reiterada do financiamento de tráfico de drogas.
 - (D) incidirá na hipótese de concurso formal de crimes, a prática da associação em conjunto com a do tráfico de drogas.
 - (E) deverão os agentes, para sua configuração, praticar as infrações para as quais se associaram.

52. A respeito dos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar:
- (A) Somente se procede mediante representação, o furto praticado contra tio ou sobrinho.
 - (B) Para a consumação do crime de extorsão faz-se necessário o recebimento da vantagem indevida.
 - (C) É isento de pena quem comete qualquer crime contra o patrimônio contra ascendente maior de 65 anos.
 - (D) A receptação somente é punível se conhecido o autor do crime que originou a coisa receptada.
 - (E) No crime de roubo, caso o agente seja primário e tenha sido de pequeno valor a coisa subtraída, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

Direito Processual Penal

53. A prisão domiciliar no processo penal
- (A) deve ser cumprida em Casa de Albergado ou, em sua falta, em outro estabelecimento prisional similar.
 - (B) pode ser concedida à mulher grávida, desde que comprovada a situação de risco da gestação.
 - (C) é medida cautelar diversa da prisão que pode beneficiar mulheres de qualquer idade, mas o homem apenas se for idoso.
 - (D) pode ser concedida à mulher que tenha filho de até 16 anos de idade incompletos.
 - (E) é cabível em caso de pessoa presa que esteja extremamente debilitada em razão de doença grave.
54. O regime da fiança no Código de Processo Penal, dispõe que
- (A) o descumprimento de medida cautelar diversa da prisão aplicada cumulativamente com a fiança pode gerar o quebra-mento da fiança.
 - (B) é vedada a aplicação da fiança em crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
 - (C) a situação econômica da pessoa presa é irrelevante para a fixação do valor da fiança, que deve ter relação com a gravidade do crime e os antecedentes criminais.
 - (D) a fiança será prestada em dinheiro, sendo vedada a prestação por meio de pedras preciosas.
 - (E) a concessão de fiança é ato exclusivo da autoridade judicial, visto que implica em decisão sobre a liberdade da pessoa.
55. No instituto da representação,
- (A) a renúncia à representação é vedada no âmbito no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
 - (B) a autoridade policial tem autonomia para instaurar inquérito policial mesmo na ausência de representação da vítima, nos crimes em que a ação pública dela depender.
 - (C) a representação tem caráter personalíssimo, de modo que a morte do ofendido implica na imediata extinção da punibilidade do autor do fato criminoso.
 - (D) o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração à autoridade policial.
 - (E) a retratação da representação pode ser feita a qualquer tempo, dado o caráter disponível do direito envolvido.



56. O exame de corpo de delito
- (A) é dispensável nos crimes que deixam vestígios.
 - (B) deve ser feito imediatamente para que não se percam os vestígios do crime, o que veda a indicação de assistente técnico pelas partes.
 - (C) deve ser feito, em regra, pelo menos 2 horas após o óbito.
 - (D) realiza-se sobre vestígios do corpo humano, havendo regime diverso para o exame sobre objetos e sobre reconhecimento de escritos.
 - (E) pode ser rejeitado pelo juiz, no todo ou em parte.
-
57. Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar:
- (A) Por falta de capacidade postulatória, é vedada a interposição de recurso pelo réu.
 - (B) Em caso de indeferimento de representação por prisão preventiva feita por autoridade policial, o Delegado de Polícia poderá interpor recurso em sentido estrito.
 - (C) É cabível protesto por novo júri em caso de condenação superior a 20 anos.
 - (D) Os embargos infringentes e de nulidade são exclusivos da defesa.
 - (E) O regime de celeridade e informalidade do Juizado Especial Criminal é compatível com a impossibilidade de embargos de declaração nos casos submetidos à sua jurisdição.
-
58. Segundo o regime do livramento condicional,
- (A) a notícia da prática de infração penal implica imediata revogação do livramento condicional.
 - (B) será julgada extinta a pena privativa de liberdade, se expirar o prazo do livramento sem revogação.
 - (C) é vedada a concessão do livramento condicional para o preso que não gozou de 5 saídas temporárias ao longo da execução da pena.
 - (D) é incabível para pessoas condenadas por crime hediondo ou cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
 - (E) o livramento condicional é direito subjetivo do sentenciado que cumprir um sexto da pena e apresentar bom comportamento carcerário.
-
59. O Código de Processo Penal dispõe que no regime da prisão preventiva
- (A) é vedada a decretação da prisão preventiva antes do início do processo criminal.
 - (B) a decretação da prisão preventiva como garantia da ordem pública requer indício suficiente da existência do crime.
 - (C) a prisão preventiva decretada por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal possuem relação de cautelaridade com o processo penal.
 - (D) a reincidência é irrelevante para a admissão da prisão preventiva.
 - (E) a gravidade do delito dispensa a motivação da decisão que decreta a prisão preventiva.
-
60. Sobre a prisão em flagrante, é correto afirmar que
- (A) é ato exclusivo da autoridade policial nos casos de perseguição logo após a prática do delito.
 - (B) deve o delegado de polícia representar pela prisão preventiva, quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, dada a impossibilidade de prisão em flagrante.
 - (C) é vedada pelo Código de Processo Penal, em caso de crime permanente, diante da possibilidade de prisão temporária.
 - (D) a falta de testemunhas do crime impede a lavratura do auto de prisão em flagrante, devendo a autoridade policial instaurar inquérito policial para apuração do fato.
 - (E) o auto de prisão em flagrante será encaminhado ao juiz em até 24 horas após a realização da prisão, e, caso não seja indicado o nome de seu advogado pela pessoa presa, cópia integral para a Defensoria Pública.